

## **FEMINISMO E CURRÍCULO ESCOLAR: POR UMA PRÁTICA EDUCATIVA TRANSFORMADORA**

Carliane de Jesus Souza; Luana Santos Aragão Cortez; Milena Dutra Araújo Ribeiro; Romário Ráwlyson Pereira do Nascimento (Orientador)

*Universidade Federal do Piauí – Campus Ministro Reis Velloso, carlianejsouza@gmail.com*

### **RESUMO**

O presente artigo propõe uma interseção entre o feminismo e a educação, possibilitando a emergência de um currículo transgressor que produza a igualdade entre os gêneros. A questão que orientadora é a seguinte: como é possível pensar no campo da educação um currículo feminista que rompa com a reprodução das desigualdades entre homens e mulheres? A partir deste tensionamento a pesquisa realizada buscou atingir o seguinte objetivo: discutir referenciais teóricos dentro do feminismo e do campo educacional que possibilitem a emergência de currículos pautados na desconstrução do machismo numa perspectiva da equidade entre os gênero e sexos. Para atingir o objetivo proposto realizou-se uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica a partir das análises de um referencial teórico que propiciasse a intercessão entre a teoria feminista e a educação. Mediante a revisão da literatura sobre a importância do currículo escolar no que diz respeito as discussões sobre as relações de gênero e poder, percebeu-se que ele é capaz de perpetuar os comportamentos segregatórios bem como tornar os educandos transformadores e críticos a partir de sua realidade social. O currículo está em constante movimento e que sua mudança não apenas é possível como necessária. A teoria feminista através da desconstrução do machismo tem muito a contribuir com a educação. Assim, concluímos ser importante que o currículo escolar a partir da teoria feminista rompa com a perpetuação de comportamentos de dominância masculina na educação propondo uma educação crítica e transformadora.

**Palavras-Chave:** Feminismo. Currículo Escolar. Prática Educativa.

### **Introdução**

Durante séculos uma ideologia que prega a desigualdade entre homens e mulheres vem se reproduzindo constantemente nas instituições escolares através de comportamentos avessos a tudo o que é feminino. Está empregado nas escolas diálogos que não valorizam as particularidades de cada pessoa o que dificulta a mulher no seu desenvolvimento educacional e social. Por meio do currículo escolar se reforça cada vez mais ideias que tornam o homem

como ser central, como o topo da hierarquia social. Numa perspectiva binária de gênero o currículo educa o homem para ser superior relegado a mulher a um espaço subalterno.

O currículo, desta forma desconsidera não apenas as mulheres, mas outras etnias, culturas e identidades, o currículo escolar ainda encontra dificuldades para trabalhar pedagogicamente com as heterogeneidades que permeiam a comunidade escolar. O currículo reforça o padrão branco, eurocêntrico, cristão, heterossexual, de classe alta burguesa, e todos que não se adequam a esses padrões são sumariamente violentados e excluídos do processo educacional. Desta forma, o currículo acaba por contribuir diretamente para a (re)produção das injustiças e opressões sofridas pelas grandes massas (SILVA, 1999).

É evidente que para que o sistema dominante prevaleça soberano, o currículo precisa se manter essencialmente masculinizado. Esse fator impedi que novos questionamentos sobre a superação das desigualdades sociais nas relações de gênero aconteçam. Todavia, acreditamos que a escola é um espaço onde essa relação poderia ser desconstruída, revelando exatamente as tramas pelas quais o discurso da suposta superioridade masculina tornou-se hegemônico. A escola ocupa um lugar importante para a existência de um processo emancipatório e de dialogicidade em torno de ideias que foram cristalizadas ao longo da história, tentando buscar alternativas, e “engravidando mundos possíveis” (MORENO, 1999, p.17).

A presente pesquisa de natureza bibliográfica se justifica pela necessidade de se propor cada vez mais debates no meio educacional que possibilitem a construção de outras formas de pensar o currículo escolar distantes dos padrões impostos socialmente. O feminismo tem muito a contribuir no campo educacional, de maneira que o feminismo precisa da educação para transformar o mundo social. O objetivo desta pesquisa é discutir referenciais teóricos dentro do feminismo e do campo educacional que possibilitem a emergência de currículos pautados na desconstrução do machismo numa perspectiva da equidade entre os gênero e sexos.

## **Metodologia**

A pesquisa bibliográfica é aquela que se tem a tentativa de explicar uma problemática a partir das teorias já publicadas. Segundo Fonseca (2002), ela é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

A realização da pesquisa bibliográfica é fundamental para que se conheça e analise as principais contribuições teóricas sobre um determinado tema ou assunto. Fonseca (2002) afirma, porém, que existem pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta. Para Gil (2007), os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações de ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

Na literatura entende-se que o início de uma pesquisa bibliográfica se dá pela escolha do tema, onde nessa escolha se expressará o interesse do pesquisador pelo assunto tal qual sua familiaridade com o mesmo e a existência de bibliografia específica. O interesse pelo assunto se torna essencial, pois é ele que pode motivar a superação dos obstáculos que são inerentes ao processo de pesquisa. Sem interesse, corre-se o risco, de na primeira dificuldade abandonarmos a investigação. Gil (2002) afirma que pesquisar a respeito de um assunto pelo qual se tenha pouco ou nenhum interesse pode tornar-se uma tarefa altamente frustrante. É importante observar, dentre as diversas áreas de conhecimento, aquelas que despertam o interesse e a curiosidade para a pesquisa.

Dito isto, e corroborando com Salomon (1994) onde ele coloca que a escolha do assunto exige frequentemente orientação de caráter pessoal e análise das próprias possibilidades e limitações, é correto dizer que o tema escolhido para ser tratado nesse artigo é de grande importância pessoal para as autoras e de relevância social, pois aborda uma temática considerada fundamental de se direcionar cada vez mais discussões sobre o assunto.

Após a escolha e delimitação do tema procede-se a problematização. Segundo Ferreira (1986) problema é uma questão não resolvida e que é objeto de discussão em qualquer domínio do conhecimento. Não foi encontrado um consenso na literatura sobre metodologia científica sobre a forma de como se deve apresentar a problematização em si de um tema de pesquisa. De qualquer forma o tema problematizado indica a especificidade do objeto e marca o início da investigação.

Desta maneira, a questão que mobiliza a produção deste artigo é a seguinte: como é possível pensar no campo da educação um currículo feminista que rompa com a reprodução das desigualdades entre homens e mulheres? A partir deste tensionamento apresentaremos a seguir uma série de referenciais teóricas que nos ajudam a pensar uma interseção entre o feminismo e a educação, possibilitando a emergência de um currículo transgressor que produza a igualdade entre os gêneros.

Nossa análise bibliográfica está organizada a partir dos seguintes referenciais teóricos: compreendemos o feminismo por meio da perspectiva de Soares (1994), para conceituar as questões relacionadas ao currículo usamos Silva (1999), Sacristán (1995) e Pacheco (2007), aproximando o currículo das questões de poder utilizamos Foucault (1989) e entendemos o caráter transformador do currículo através de Freire (2005).

## **Resultado e discussões**

A educação como ato político e ideológico se torna assim uma alternativa de se transformar e educar os seres sociais e subjetivos que somos para que se entenda o que a relação de gêneros e poder pode ocasionar. Portanto, segundo Foucault, é fundamental

[...] não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles” (FOUCAULT, 1989, p. 183)

A partir desta perspectiva compreendemos que o currículo escolar é um dos inúmeros dispositivos da malha do poder que inscreve nos corpos masculinos uma suposta superioridade subalternizando o corpo feminino. Compreendendo a analítica do poder proposta por Foucault (1989), cabe ao currículo denunciar e desconstruir essas malhas do poder mostrando sua produção histórica e cultural. Torna-se assim importante a necessidade da construção de um currículo que aborde as linhas de poder que produzem a disparidade entre homens e mulheres.

O currículo ainda se estrutura por meio de uma visão androcêntrica e patriarcal de sociedade o que tem impedido de se perceber os pensamentos femininos e suas lutas. Propor novas propostas pedagógicas no viés das teorias feministas é fundamental para fomentar discussões acerca dos mecanismos sociais que causam a supremacia de uma classe dominante

masculina. Acreditamos que essa mudança é possível por meio da gestação de um currículo feminista.

O termo feminismo, segundo Soares (1994), é compreendido como um movimento que visa ter ações políticas, envolvendo teoria, prática e ética entre as mulheres. A autora reforça que essas mulheres como sujeitos sociais podem transformar suas condições de vida. Os grupos feministas existem desde o século XIX almejando a igualdade de gênero. Muitas mulheres têm buscado esses movimentos a fim de se unirem e lutarem pelos seus direitos e a repressão masculina. Mas, apesar da notoriedade desses grupos feministas, ainda a muita resistência por muitas mulheres e homens que não compreendem o real sentido da causa, achando que ela a mulher quer se sobressair sobre os homens, quando na verdade o feminismo propõe a equidade entre os gêneros e sexos. Assim o feminismo busca criar condições para que ambos tenham oportunidades na sociedade, sem que um possa inferiorizar o outro.

Importante compreender o que é currículo, segundo Pacheco (2007, p. 48), a palavra currículo vem do latim curriculum e significa o lugar onde se deve percorrer, derivando do verbo “*currere*”. Disto isso, o seu significado diz respeito “a um curso a ser seguido, a um conteúdo a ser estudado”. Sendo assim, “uma sequência de conteúdos definidos socialmente, com base em sequências definidas para o processo de aprendizagem”

Existem diferentes dimensões de currículo, e alguns deles ajudam na estruturação de gênero através uma proposta curricular formal ou oculta. O primeiro tem tornado as relações homogêneas e objetivas. Institucionalizado, a partir das diretrizes curriculares, tende a ser apenas de interesse governamental, não olhando as subjetividades dos educandos. Por outro lado, o currículo oculto demonstra práticas e mudanças sociais não explicitadas e apesar de não ser construído de maneira planejada na escola acaba por contribuir diretamente na aprendizagem. Isso pois, de acordo com Silva (1999) o currículo oculto comporta todas as aprendizagens e vivências dos alunos que não estão explicitadas no currículo formal.

O currículo deve compreender os contextos históricos para que possa haver um entendimento sobre quais as causas de certos grupos se sobressaírem em relação a outros, fazendo com a que haja uma reflexão e ocorra estratégias interventivas que superem as disputas de gênero e poder. De acordo com Silva (1999) o currículo tem buscando trazer discussões sobre a história da mulher na sociedade e as problematizações em torno disso, levanto em conta que a mesma é um ser social que tem um forte poder nas decisões institucionais e de sua própria vida. Para isso, a mulher tenta encontrar a sua libertação das amarras colocadas por conta da valorização do gênero masculino gerando as injustiças sociais.

Diante da importância do currículo na construção social do conhecimento, as teorias feministas poderiam estar presentes neste contexto, podendo causar a transformação coletiva não só da consciência das mulheres de se reconhecerem, mas uma conscientização dos homens também, enquanto ser dominante na sociedade e cheio de privilégios.

A ciência positivista que orienta as práticas educacionais também tem corroborado com essa problematização em torna das diferenças entre homens e mulheres por ter estruturado a produção de conhecimento na sociedade moderna ocidental marcada pela neutralidade e objetividade, dificultando que aconteçam os diálogos subjetivos. Assim, não haviam espaço para as dimensões sociais e subjetivadas, por isso que o feminismo também rompe com o padrão científico trazendo para o campo científico e político questões pessoais das relações entre homens e mulheres.

A escola, reproduz as ideias positivistas sem que haja interferência de discursos problematizadores que seriam capazes de acontecer além das explicações conteudistas dos professores, que se baseiam exclusivamente nos livros didáticos que reforçam as diferenças cristalizadas entre homens e mulheres. Na metade do século XX, outras perspectivas surgem para destacar discursos sobre as relações de gênero e poder que questiona os conhecimentos científicos que foram alicerçados através de práticas machistas, elitistas e sexistas, revelando a grande desigualdade social entre os gêneros e que tão arraigada está essas ideologias masculinas e preconceituosas.

Portanto, a ciência de modo intencional, não considera que as teorias são passíveis de discussões contrárias ao que se é imposto através dela e que a partir de novos conhecimentos teóricos através da realidade. (Moreno, 1999, p.22). Pela não criticidade desses processos teóricos, se reforçam posturas patriarcais e androcêntricas que regulam os comportamentos femininos de maneira negativa e excludente. A educação escolar é enraizada em uma base sexista advinda de uma sociedade patriarcal e androcêntrica, onde a mulher é apenas coadjuvante, precisando sempre de um aval de alguma figura masculina para aprovar ou não suas decisões antes que elas sejam concretizadas, esses fatores tiram a liberdade de expressão feminina e impedem com que as mesmas não construam suas histórias.

O surgimento de uma proposta crítica de currículo se tornou possível através das teorias críticas e pós-críticas no Brasil, sendo que as teorias críticas são influenciadas pelos pensamentos do socialismo europeu e as teorias pós-críticas pela perspectiva pós-estruturalista. Essas teorias foram cruciais para questionar de diferentes modos o papel da escola na (re)produção das inúmeras desigualdades sociais e culturais. Através destas teorias é

possível questionar as relações de poder buscando compreender “os porquês” da permanência de um só conhecimento como central. (SILVA, 1999, p.16).

Diante disto, sobre o viés das teorias críticas e pós-críticas a Pedagogia Feminista trabalha na desconstrução de práticas patriarcais que geram desigualdade entre homem e mulher, onde o primeiro exerce um papel de poder sobre a mulher e a mesma se submete sempre a ele. Esse modelo feminista de ensino propõe a descentralização do poder e do autoritarismo, dando oportunidade e autonomia para que qualquer pessoa, independente do gênero tenha participação ativa em todos os departamentos da sociedade e de sua própria vida, como afirma Freire (2005, p.78)

[...] a educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores [...] mas um ato cognoscente de um sujeito. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, [...] a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos [...]

Tais teorias e práticas educativas além de levar à reflexão através do conhecimento, transforma as concepções e o entendimento sobre o papel que a mulher exerce na sociedade, conscientizando a classe feminina a conquistar seu devido espaço, orientando-as ao empoderamento, termo muito usado em rodas de conversas na vertente feminista, origina-se da palavra inglesa “empowerment” que, de acordo com Laverack e Labonte (apud BECKER, et al, 2004, p. 657), significa

[...] o meio pelo qual as pessoas adquirem maior controle sobre as decisões que afetam suas vidas; ou como as mudanças em direção a uma maior igualdade nas relações sociais de poder, por exemplo, nas relações com que detém recursos, legitimidade, autoridade e/ou influência”.

Portanto, o ato de despertar na mulher seu empoderamento, fará com que os alunos homens também mudem suas práticas opressoras e entendam que o único corpo que lhe diz respeito é o seu próprio; desconstruindo o conceito de que o homem é o cabeça e a mulher é a auxiliar do homem, estaremos educando cidadãos mais democráticos, justos e solidários, além de diminuir a violência, que não é apenas física, mas psicológica também, que desde cedo podemos presenciar nas instituições de ensino e até mesmo em casa, onde comumente

acontece nas famílias tradicionais, onde o menino brinca de carrinho ou armas de brinquedo, que é ensinado uma profissão considerada “bem vista” e a menina é treinada a brincar de boneca e comidinha para que futuramente possa casar, ter filhos e cuidar da casa e da família.

## **Conclusões**

Mediante a revisão da literatura sobre a importância do currículo escolar no que diz respeito as discussões sobre as relações de gênero e poder, percebeu-se que ele é capaz de perpetuar os comportamentos segregatórios bem como tornar os educandos transformadores e críticos a partir de sua realidade social. Pensando nisso, a proposta curricular seria o território perfeito para a promoção de práticas educativas e transformadoras na intenção de ser trabalho o feminismo na tentativa de entender as lógicas sócias em torno de um gênero que se sobrepõem ao outro. Relevando, nitidamente que os conteúdos se voltam para o gênero masculino e que os paradigmas devem ser superados e combatidos.

A intenção não é de permear o currículo escolar apenas com ideologias feministas, mas, sabendo a figura feminina é historicamente colocada como vítima dos mais diversos contextos de violência e discriminação, seria fundamental que alunas/os se situassem diante dessas práticas que podem ser desmitificadas, reelaboradas e vivências de uma maneira a fazer uma sociedade igualitária e justa. Quando se coloca o grupo dominante na escola, se desconsidera a representatividade e a função social dos os grupos que lutam pelo reconhecimento e seus e até mesmo pela sobrevivência. Desconstruir esses posicionamentos tão arraigados no cotidiano fora e dentro da escola, tornaria o ambiente social mais harmonioso.

Para Sacristán (1995), o currículo é algo que está em constante movimento, originando-se de vários processos sociais, e que não deve ser planejado sem essas considerações e apenas reproduzido posteriormente. Diante disso, Saviani (2008a, p. 4), em tal visão não é possível que se elabore propostas curriculares comuns, sendo justificável que haja um currículo para cada contexto, “um currículo para cada região, um currículo para cada escola, quiçá, para cada classe”.

Quando se pensa em currículo deve ser levado em conta as intenções que escola deseja ao ensinar seus educandos. As teorias feministas tentam desconstruir esses paradigmas em tornos dos comportamentos homogêneos e machistas da sociedade, propondo a discussão sobre o pluralismo e todas as formas de expressão encontradas em cada sujeito, seja ele homem ou mulher. Pensar essas problematizações seria para as mulheres um caminho para o

empoderamento e para os homens a mudança de mentalidade sobre o lugar de dominância que eles ocupam. De um modo geral, para ambos os gêneros seria a superação das desigualdades e injustiças sociais.

## Referências

BECKER, Daniel, et al. *Empowerment* e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde. **Ciências e saúde coletiva**, v.9, n.3, p.655-667,2004.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, pp. 179/191.

MORENO, J.L. **Psicoterapia de Grupo e Psicodrama**. São Paulo: Mestre Jou, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PACHECO, M. M. D. R. **Currículo, interdisciplinaridade e organização dos processos de ensino**. Fundação Hermínio Ometto/Uniararas, 2007.

SACRISTÁN, J.G. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, T. T. & MOREIRA, F. (Orgs.) **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis: Vozes, p.82-113, 1995.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer monografia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOARES, Vera. **Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências**. IN: Revista Estudos feministas. Rio de Janeiro, 1994.